


“PRINCESA FOI-SE EMBORA. ESCREVEU NUM PAPELÃO. QUEM QUISER COMER AGORA. TRABALHE COM SUAS MÃOS”: O 13 DE MAIO E A MEMÓRIA DA ABOLIÇÃO PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MONTE ALEGRE (CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES, 2019)¹

GEISA LOURENÇO RIBEIRO* 
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO
SANTO/CAMPUS VIANA -
VIANA - ESPÍRITO SANTO - BRASIL

RESUMO

O 13 de Maio é a principal efeméride celebrada pela Comunidade Quilombola de Monte Alegre, formada no processo de transição da escravidão para a liberdade em Cachoeiro de Itapemirim, o principal polo de concentração de escravizados do Espírito Santo na segunda metade do século XIX. Na tradição oral de Monte Alegre, a abolição é o marco divisor entre o tempo da escravidão e o tempo da liberdade (oficial), simbolicamente representado no jongo que dá título a este trabalho. Não é coincidência, portanto, que o acontecimento seja narrado com detalhes na comunidade, certificada desde 2005 pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo, e receba destaque em sua memória da escravidão, acessada na construção da identidade quilombola. Seus significados para a comunidade explicam, parcialmente, a perpetuação local do 13 de Maio em detrimento do 20 de Novembro, popularizado após a lei 10.639/2003, que provocou significativo impacto local. Portadora de uma memória genealógica da escravidão vivenciada no território ocupado por seus ancestrais desde meados do Oitocentos, os personagens, lugares e acontecimentos locais são evidenciados nas entrevistas realizadas segundo as diretrizes da História Oral, em 2019. Sua narrativa destaca os significados da abolição para os ancestrais, que comemoraram o “raiar da liberdade” como possibilidade de liberdade e proteção a seus corpos, as suas famílias e ao seu modo de vida. A prevalência da celebração do 13 de Maio na comunidade quilombola aponta para a desconstrução dos estereótipos impostos pelo racismo estrutural da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Abolição; comunidade quilombola; memória.

ABSTRACT

May 13th is the main event celebrated by the Quilombola Community of Monte Alegre, Brazil, formed during the transition from slavery to freedom in the city of Cachoeiro de Itapemirim. This was the main concentration point for enslaved people in Espírito Santo state in the second half of the 19th century. In the oral tradition of Monte Alegre, abolition is the dividing line between slavery time and (official) freedom time, which is symbolically represented in the jongo that inspired this study's title. Therefore, it is no coincidence that the event is narrated in detail. The community is certified since 2005 as a quilombo remnant, and is highlighted as a memory of slavery, which is accessed in the construction of quilombola identity. Its local significance partially explains the local perpetuation of May 13th instead of November 20th, popularized after Law no. 10.639/2003 with a significant local impact. As a bearer of a genealogical memory of the slavery experienced in

¹ O artigo é um recorte modificado da tese de doutorado da autora. Cf. Geisa Lourenço Ribeiro. “*O glorioso ato de 13 de maio*”: *escravidão e liberdade na Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim-ES (1885-2019)*”. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

* Doutora em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Email: geisa.l.ribeiro@gmail.com.

the territory occupied by their ancestors since the mid-1800s, the local characters, places and events are highlighted in the interviews conducted according to Oral History guidelines. Their narrative emphasizes the significance of abolition for their ancestors, who celebrated the "dawn of freedom" as a possibility of freedom and protection for their bodies, their families and their way of life.

Keywords: Abolition; quilombola community; memory.

RESUMEN

El 13 de Mayo es la principal efeméride celebrada por la Comunidad Quilombola de Monte Alegre, formada en el proceso de transición de la esclavitud para la libertad en Cachoeiro de Itapemirim, el principal polo de concentración de esclavizados de Espírito Santo en la segunda mitad del siglo XIX. En la tradición oral de Monte Alegre, la abolición es el marco divisor entre el tiempo de la esclavitud y el tiempo de la libertad (oficial), simbólicamente representado en el gongo que da título a este trabajo. Por ello, no es casualidad, que se narra el ocurrido con detalles en la comunidad, certificada desde 2005 como remanentes de quilombo, y reciba relieve en su memoria de la esclavitud, accedida en la construcción de la identidad quilombola. Sus significados locales explican, parcialmente, la perpetuación local del 13 de Mayo en detrimento del 20 de Noviembre, popularizado después de la ley 10.639/2003, que provocó significativo impacto local. Portadora de una memoria genealógica de la esclavitud vivido en el territorio ocupado por sus ancestrales desde mediados del Ochocientos, los personajes, lugares y ocurridos locales son evidenciados en las entrevistas realizadas de acuerdo con las directrices de la Historia Oral. Su narrativa destaca los significados de la abolición para los ancestros, que conmemoran el "amanecer de la libertad" como posibilidad de libertad y protección a sus cuerpos, a sus familias y a su modo de vida.

Palabras clave: Abolición; comunidad quilombola; memoria.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, no contexto da redemocratização vivenciado pelo Brasil, ganharam ênfase as críticas às comemorações do dia 13 de Maio, em parte, graças à ação dos movimentos negros brasileiros que lhe fazem dupla crítica: contra a ideia de dádiva da abolição por parte da Princesa; e contra as limitações da Lei Áurea, por não prever a inserção dos libertos na sociedade ou qualquer forma de promoção da igualdade racial. Sua intensa movimentação, acompanhada por discussões acadêmicas em torno da atuação dos personagens envolvidos, foi respondida pelo Estado em 1988, com o reconhecimento do direito à terra – com 100 anos de atraso e apenas para os remanescentes de quilombos – , com a validação dos saberes das

populações afro-brasileiras e com a definição de suas manifestações como patrimônio cultural.² Em 2003, houve a regulamentação daquele direito por meio do Decreto nº 4.887³ e a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares pela Lei nº 10.639 (modificada pela Lei nº 11.645/2008), que, entre outras medidas, incluiu o dia 20 de novembro no calendário escolar como o “Dia Nacional da Consciência Negra”.⁴ A data era uma reivindicação antiga dos movimentos negros por representar a luta dos escravizados contra o regime escravista, já que ela se refere a Zumbi, o mais famoso líder do Quilombo dos Palmares e herói nacional.⁵ Nas palavras de Oliveira Silveira, um dos críticos do 13 de Maio e articuladores do Vinte de Novembro,

O treze não satisfazia, não havia por que comemorá-lo. A abolição só havia abolido no papel; a lei não determinara medidas concretas, práticas, palpáveis em favor do negro. E sem o treze era preciso buscar outras datas, era preciso retomar a história do Brasil. [...]

Circulava na época o fascículo Zumbi, o nº 6 na série Grandes Personagens da Nossa História, da Abril Cultural. Essa publicação fortaleceu no frequentador Oliveira Silveira a ideia de que Palmares fosse a passagem mais marcante na história do negro no Brasil. Um século de liberdade e luta contra o escravismo imposto pelo poder colonial português era coisa muito significativa e animadora. E lá estava o dia 20 de novembro de 1695, data da morte heroica de Zumbi, último rei e líder dos Palmares, marco assinalando também o final objetivo do Estado e país negro. [...]

Parece lícito dizer que estava delineada [em 1971] uma precária, mas deliberada ação política no sentido de apresentar, à comunidade negra e à sociedade em geral, alternativas de datas, fatos e nomes, em contestação ao oficialismo do 13 de maio, abolição formal da escravatura, princesa dona Isabel.⁶

² A Constituição Federal estabelece: “**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.” Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_215_.asp>. Acesso em 29 de agosto de 2019.

³ BRASIL. **DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

⁴ A lei pode ser conferida em sua integralidade em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

⁵ A Lei 9.315 de 20 de novembro de 1996 inscreveu o nome de Zumbi dos Palmares no “Livro de Heróis da Pátria”. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9315-20-novembro-1996-349074-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

⁶ Oliveira Silveira. Vinte de novembro: história e conteúdo. In: Petronilha Beatriz Gonçalves; Valter Roberto Silvério. (Org.s). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, pp. 24-27.

As citadas leis causaram impacto direto na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, situada no interior do município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, que se autodefiniu como remanescente de Quilombo em 2005 e passou a explorar o turismo étnico na mesma época. Durante todo o ano letivo e, especialmente, no mês de novembro, escolas e faculdades da região realizam visitas ligadas a projetos de ensino sobre a valorização da cultura afro-brasileira.⁷ Leonardo Marcelino Ventura, uma das lideranças da comunidade, comentou em uma das entrevistas concedidas durante o ano de 2019 no âmbito de nossa pesquisa de doutorado⁸ a respeito do impacto positivo da visita sobre os moradores:

E durante esse tempo [a partir de 2005], a comunidade começou a receber várias escolas que vinham pra conhecer a cultura e aí começou a ser perceptível que aquilo que estava na cabeça deles [dos membros da comunidade] da vergonha de ser descendente de escravos, da vergonha de ser descendente de alguém que a mulher foi... éee...ela foi maltratada, ela foi abusada, da vergonha de alguém que foi chicoteado, um ancestral, de que trabalhou sem receber nada, que foi menosprezado, que sofreu todos os maus-tratos, no caso do escravo, e aí quando alguém de fora chegava, não conversava com esse morador, o morador praticamente não tinha contato porque era uma atividade de visita que tinha praticamente um cunho turístico, mas o filho dele que fazia uma apresentação de caxambu ou de outra manifestação cultural era fotografado e depois chegava em casa e falava pros pais ‘nossa, o pessoal que veio aqui me abraçou, em alguns casos chorou, é, professor que veio aqui disse que tá muito feliz porque a história dele é igual a nossa, de que ele também é descendente de escravos, que ele venceu, hoje ele é professor, isso aquilo outro, tal tal’, outros que vinham falavam ‘oh, você tem que continuar’, pro adolescente que fazia parte do grupo da manifestação cultural, ‘a sua história é muito bonita, vocês não podem ter vergonha dessa história, vocês tem que ter orgulho, foram vocês que construíram o Brasil’.⁹

Leonardo Marcelino, juntamente com outros moradores de Monte Alegre, iniciou o processo para o reconhecimento da comunidade situada no interior do município de Cachoeiro

⁷ Além do trabalho com as escolas e faculdades, Leonardo Marcelino e sua família também recebem visitas de outros grupos interessados na história e cultura da comunidade, bem como em sua relação com a natureza. Há trilhas ecológicas, por exemplo, criadas em parceria com os gestores da FLONA (Floresta Nacional) de Pacotuba.

⁸ As entrevistas foram realizadas seguindo a metodologia da História Oral, conforme preconizado por Carlos Meihy e Fabíola Holanda em “História Oral: como fazer, como pensar”. Adotou-se o gênero Histórias de Vida. Foram ouvidas 32 pessoas, totalizando 38 horas de gravações, entre janeiro e novembro de 2019. As entrevistas, em sua maioria, ocorreram em duplas ou pequenos grupos formados espontaneamente por familiares, integrantes ou não do núcleo familiar, que se interessavam pela conversa ou para elas eram convidados pelos entrevistados originais. Todos foram informados sobre os procedimentos e consentiram nas gravações. O material foi organizado em um banco de dados com registros temáticos e nominais para administrar o volume de informações recolhido e favorecer sua análise. Neste artigo, que é um recorte da tese, foram explorados qualitativamente algumas das entrevistas. Para um detalhamento sobre a metodologia empregada, cf. TESE, 2021 (informação ocultada para a análise às cegas).

⁹ Leonardo Marcelino Ventura. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 31 de janeiro de 2019b.

de Itapemirim-ES – principal polo escravista capixaba no século XIX – como remanescente de quilombo em 2005. Sua fala consistente, organizada e coerente não apenas oferece explicação para a construção da identidade quilombola, que relaciona a ascendência escrava com as políticas públicas de reparação efetuadas a partir de 2003, como permite constatar a dificuldade ainda hoje para verbalizar o indizível, na precisa expressão de Michael Pollak.¹⁰ Ele se reconhece como descendente de escravos,¹¹ busca com afinco o conhecimento sobre seus antepassados – sua árvore genealógica remonta aos trisavós *africanos*, Verediana e Joaquim, explorados na região em meados do século XIX –, mas cita os exemplos mais violentos relacionados à escravidão utilizando a terceira pessoa e um personagem não identificado. O distanciamento estabelecido para narrar fatos dolorosos relacionados à memória familiar e, portanto, à construção da própria identidade, é um recurso comumente utilizado por descendentes de escravos, conforme foi observado por Ana Lugão Rios e Hebe Mattos em *Memórias do Cativo*.¹²

Além de observar a generalização da violência por meio de narrativas envolvendo escravos não conhecidos, muitas vezes sem nome, Rios e Mattos chamam a atenção para a ausência da memória genealógica da escravidão na maioria das famílias negras brasileiras. Mesmo no antigo sudeste cafeeiro, área de concentração escrava nas últimas décadas do regime, a ausência é significativa. De acordo com os dados das autoras, cerca de um quarto dos entrevistados não possuíam memória familiar relacionada à escravidão nas décadas de 1980 e 1990. No Espírito Santo, as autoras encontraram maior proporção, pois 33% dos entrevistados não apresentaram qualquer histórico ou lembrança dos ancestrais. Ainda que existam explicações para isso – como o fato de muitos negros terem conquistado a liberdade antes da abolição –, Rios e Mattos defendem que a ausência, bem como o silenciamento voluntário relatado por aqueles que se referem a um antepassado escravo possuem “significado óbvio que

¹⁰ Michael Pollak. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 8.

¹¹ Adotou-se o termo “escravo” por ser de uso corrente na comunidade estudada.

¹² Ana Maria Lugão Rios; Hebe Maria Mattos. *Memórias do cativo*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

não pode ser negligenciado – evidenciam as dificuldades de construir uma identidade socialmente positiva com base na vivência da escravidão.”¹³

Por outro lado, a busca de Leonardo Marcelino pela história ancestral da comunidade aponta para a mudança de postura em relação ao passado escravista e a estratégia adotada para lidar com ele. Não se trata, evidentemente, de inventar um passado para auferir vantagens, mas de ressignificação da história das pessoas da comunidade, de valorização da memória coletiva para a construção da identidade étnica. Junto às outras estratégias utilizadas para tratar do passado, percebemos a positividade da memória,¹⁴ com o destaque de aspectos positivos que contribuem para que a comunidade se orgulhe de seu papel de guardião de tradições seculares, herdeira daqueles que ajudaram a construir o país e portadora de direitos atualmente reconhecidos pelo Estado Brasileiro.

É neste contexto que se destaca o jongo que dá título a este trabalho: “Princesa foi-se embora, escreveu no papelão (bis); quem quiser comer agora, trabalhe com suas mãos (bis)”. Segundo a Comunidade Quilombola de Monte Alegre, que teria sido formada durante o processo de abolição da escravidão nas proximidades das fazendas onde seus ancestrais foram escravos, o jongo da princesa teria sido cantado pela primeira vez na ocasião do raiar da liberdade. Diante dessa informação e conhecendo as mudanças ocorridas na comunidade desde seu reconhecimento como quilombola, despertou-nos a atenção os seus significados e a possibilidade de impactos da legislação mencionada sobre a memória da comunidade. Qual seria o significado atual do jongo da Princesa?¹⁵ Qual é o lugar do 20 de novembro e da figura de Zumbi nessa comunidade, que recebe o maior fluxo de visitantes no mês da Consciência Negra? Em uma comunidade tradicional, com memória genealógica da escravidão, o 13 de Maio é substituído pelo 20 de Novembro?

¹³ RIOS; MATTOS, 2005, p. 54.

¹⁴ Sobre a estratégia de positividade da memória, cf. TESE, 2021, capítulos 3 e 4. (informação ocultada para submissão da análise às cegas.)

¹⁵ Sobre trabalhos que discutem e se aprofundam nas representações sobre a Princesa Isabel, cf.: DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel a “Redentora” dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

DESATANDO O JONGO

Ao explicar a origem do caxambu de Santa Cruz,¹⁶ herança de seus ancestrais, a mestra Maria Laurinda ofereceu o seguinte relato sobre o fim da escravidão:

Esse caxambu que tá aqui foi feito quando foi o raiar da liberdade. Naquele tempo não tinha, não tinha divertimento. Então, a Princesa Isabel pediu pro pai dela acabar com a escravidão senão ele também ia pro tronco igual os negros ia, né? Que os negros ficavam no tronco, então se o pai dela não acabasse com a escravidão, ele também ia para o tronco igual os negros ficava no tronco. Aí disse que quando foi um belo dia, um 13 de maio, aonde eu faço esse caxambu 13 de maio porque é o raiar da liberdade, então disse que, quando, chegaram na casa do rei, disse que era pra trabalhar. Aí ele pegou, escalou o serviço, uns foram matar porco, outros limpar galinha, foram capinar, foram roçar, cada um ele marcou uma escala. Ele tinha mandado fazer uma bandeira, mas ninguém era, assim, tudo no silêncio dele pra ninguém saber. [...] Aí quando foi nesse dia 13 de maio, que ele, foi raiar da liberdade, né, quando veio, chegou na varanda que tocou a corneta pra vir pra almoçar, quando chegou mais pra perto, aí disse que ele mesmo abriu uma bandeira na varanda, aí falou pros negros que daquele dia por diante, tinha raiar da liberdade, então não tinha mais escravo mais, não ia ter mais escravos. Aí o povo pegou todo... lá disse que quem vinha descendo no morro jogou, que estava carregando a... que aquele tempo carregava água em um cantil [...] então disse que jogou do morro abaixo e correndo, e outros com a lata, que pra vir cá, pra ver o que o rei estava falando, né?¹⁷

Segundo essa narrativa, que ressalta possíveis conflitos de interesses dentro da monarquia, os escravos parecem ter sido surpreendidos com a notícia da abolição, o que poderia ajudar a decifrar o jongo “Estava dormindo, senhor chamou / acorda negro, cativo acabou”, cantado em Monte Alegre e em outros lugares do Sudeste.¹⁸ Os senhores do sul do Espírito Santo, o reduto provincial da grande propriedade cafeeicultora no Oitocentos, mantiveram-se, de forma geral, agarrados à escravidão até os instantes finais, utilizando a força física para manter o controle sobre a população escravizada. Naquela região, portanto, a maioria dos

¹⁶ A mestra do grupo intitulado *Caxambu de Santa Cruz* se refere ao tambor, todavia, o nome “caxambu” também é utilizado para designar localmente a manifestação cultural afro-brasileira registrada pelo IPHAN como Jongo do Sudeste. Em Monte Alegre, são chamados de Jongo os versos cantados na roda em que se bate o caxambu. A Superintendência do IPHAN no Espírito Santo, em parceria com a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, concedeu o título de Patrimônio Cultural Brasileiro a essa manifestação em 2008.

¹⁷ ADÃO, 2019.

¹⁸ Gustavo Pacheco notou a semelhança de uma versão desse jongo na Comunidade dos Arturos em MG para a gravação realizada por Stanley Stein, em Vassouras: “Tava dormindo Cangoma me chamou / Levanta povo que o cativo já acabou”. Renato Pacheco. *Memória por um fio: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. In: Silvia Hunold Lara; Gustavo Pacheco. (Orgs.) *Memória do Jongo: as gravações de Stanley J. Stein*. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007, p. 27 e 28.

escravizados foi liberta por força da Lei de 13 de Maio,¹⁹ o que poderia esclarecer o fator surpresa do jongo citado, bem como indica o papel relevante dessa data para seus descendentes. Contudo, em relação à Princesa, é importante destacar que a mestra de Caxambu foi uma das poucas pessoas a estabelecer uma relação direta entre a personagem e a abolição. A outra entrevista que fez ligação semelhante foi concedida pelo senhor Sebastião de Souza:

A princesa Isabel gritou a liberdade. Diz que no dia que ela gritou a liberdade, o pessoal parece que, quando ela gritou a liberdade aqueles que tava na roça trabalhando de enxada e foice largou tudo as ferramentas tudo lá na roça, nem pra casa num trouxe mais. E se o feitor, porque os feitor comia eles no couro né, batia. Batia quando tava trabalhando mais pouco, às vezes achava que num tava trabalhando bem, metia o couro, saía batendo. Pegava numa beirada saía na outra batendo. No dia que a princesa Isabel gritou a liberdade, eles largaram as ferramenta tudo, e se o feitor ameaçasse dar uma courada eles matavam ele. Foi igual uma boiada quando sai do pátio que arrebenta a cerca, porque quando gritou a liberdade eles sabiam que tavam livre, né? Nosso pai do céu! Pulava e saltava. [...]

E aí eles acho que dançaram uns três dias, uns três dias. Aí que feitor que ia mais, eles num via nem ele mais, porque se visse eles matavam ele. É porque eles judiava, né, judiava. [...] É uma tristeza. Princesa Isabel só Deus que abençoa ela, que deve já morreu né, mas Deus deve ter abençoado ela porque ela deu a liberdade, né? [...]

E ela gritou a liberdade, ela gritou a liberdade porque ela tinha autoridade. Porque o rei, a ordem que ele desse tinha que ser feita, né? [...] Aí certamente ele mandou, né? Certamente ele mandou.²⁰

A maioria dos entrevistados não abordou a abolição de forma espontânea, como fizeram dona Maria Laurinda e o senhor Sebastião. Entretanto, o papel relevante do caxambu para a identidade da comunidade forçou os entrevistados a abordar o assunto, quando questionados se havia uma data específica para a realização das rodas. Além delas acontecerem em dias santificados, dias de festa e sob várias motivações ao longo do ano, foi indicado um dia especial para sua realização: 13 de maio. Perguntados sobre o motivo dessa data, os narradores concentraram-se nos seus significados para os escravos e descendentes, mais do que na busca

¹⁹ Sobre o esforço dos fazendeiros do sul do Espírito Santo e seus simpatizantes para manter a escravidão até a abolição legal naquela região cf. TESE, 2021, capítulo 1. ((informação ocultada para submissão da análise às cegas.)

²⁰ Sebastião de Souza. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 19 de março de 2019.

por responsáveis para o evento: “é o fim do cativo”,²¹ “é o dia do raiar da liberdade”,²² “é dia dos escravos”.²³

Quando mudamos o foco para os significados da abolição para a população escrava – e para os descendentes – podemos nos aproximar do significado do jongo sobre a Princesa para os quilombolas que o entoam. Dona Maria Deolinda Alves, prima da mestra de Caxambu, cantou uma versão desse jongo e, ao ser questionada sobre sua origem, explicou da seguinte forma:

Diz mamãe que no dia que o cativo acabou ninguém sabia. Aí mandou juntar lenha, aí os nego juntou lenha o dia inteiro. Quem sabia era as Sinhá né, a dona deles, de cativo num sabia não. Aí nego juntou muita lenha, aí quando foi de noite, ia acabar com cativo ia acabar aquele dia, mas ninguém sabia. Aí fez o tambor, aí todo mundo juntou, aí fez aquela roda, aí diz que só se via dono de... As mulher brava que batia nos nego pra trabalhar de graça. Aí as mulher tudo cantando, aí gente ouvia “ih, gente num canta assim não que sinhá tá passando mal”, “tenho nada com isso, deixa passar”. Diz que tava caindo pra um lado, outro pra outro, vinha com botijão de água na cabeça, jogou tudo de morro abaixo e a gente falando pra não fazer aquilo, “ah num tenho nada com isso, quando a gente vê já acabou, eles num vão fazer mais nada com nós”. “Sinhá tá vendo, tá escutando”. “Que Sinhá o quê, agora acabou, agora nós num vamos trabalhar não, quem quiser comer trabalha com as suas mãos. Ninguém vai trabalhar de graça pra ninguém apanhando”. Aí acabou naquele dia, dia treze de maio. Aí foi que eles inventou moda.²⁴

Dona Maria Deolinda foi a primeira pessoa que desatou para mim o jongo que dá título a este trabalho. Sua explicação revelou uma interpretação muito distante de todas as que eu arriscava (mentalmente) até aquele momento. O foco daquele jongo não é a assinatura da Lei Áurea, a Princesa ou o desamparo dos libertos, mas o significado da legislação para aquelas pessoas submetidas à escravidão: a esperança no fim da exploração do trabalho e das violências e humilhações. Essa explicação não é isolada, sendo contada por outras pessoas da comunidade. Aliás, se dona Maria Laurinda citou a Princesa Isabel, ela enfatizou no restante da entrevista os significados da abolição para seus ancestrais. Sua narrativa também enfatiza a euforia com que

²¹ Maria Deolinda Alves. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 24 janeiro de 2019.

²² Maria Laurinda Adão. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 30 de janeiro de 2019.

²³ Jadir Veridiano; Paulo Cesar Veridiano. Entrevista realizada na comunidade Quilombola de Monte Alegre, em 01 de fevereiro de 2019.

²⁴ ALVES, 2019.

eles teriam recebido a notícia sobre a liberdade. Ao pedido para apresentar alguns jongos, ela respondeu com o seguinte relato:

Ah, tem muito jongo! Nosso Deus! É, tem um jongo que é mais cantado, porque a gente... quando raiou a liberdade, né, diz que foi cantado, as negras cantaram pra sinhá: “Princesa foi-se embora, escreveu num papelão. Princesa foi-se embora, escreveu num papelão. Quem quiser comer, trabalhe com as suas mãos. Quem quiser comer, trabalhe com as suas mãos”. Então, outra, que disse, que passou a mão na vassoura, ia lá, voltava cá, passava perto da sinhá e falava “Sinhá, eu já varri sua cozinha, agora não varro mais. Já varri sua cozinha, agora não varro mais” e ficava passando com a vassoura de lá pra cá e diz que a sinhá falava “não, vocês ficam que eu não sei”. Naquele tempo, a sinhá não sabia botar um arroz no fogo pra alimentar os filhos, e também naquele tempo, a sinhá cortava até o bico do peito das negras pras negras não dar mamã a seus filhos. [...] É, as negras foi muito sofridas, muito mal tratadas, mas depois, então, as negras tomou posse. Aí quem ficou na pior foi elas. Elas não sabiam botar um arroz no fogo pra alimentar os filhos. Quem fazia tudo era as negras. Negra lavava, negra cozinhava. Ela não fazia nada, era sinhá, né? Depois, então, que raiou a liberdade, aí pronto. Acabou a mordomia de sinhá. Sinhá teve que enfrentar igual as negras enfrentavam.²⁵

Dona Maria Laurinda reforça a explicação anterior sobre o jongo envolvendo a Princesa, e vai além, ao contar casos que representariam a violência experimentada no cativeiro, especialmente por mulheres – sujeitas à exploração do trabalho, ao abuso sexual pelos senhores e às torturas de sinhás – e crianças. Nesse sentido, o que os dois jongos cantados por ela enfatizam é o significado da liberdade que se expressaria no fim dos sofrimentos impostos pelo poder dos senhores aos corpos negros. Dona Neuma Verediano Roque também apresentou uma versão similar sobre a abolição:

Meu pai que contava que quando [...] foi liberto, né, da escravidão... diz que as mulheres na fazenda tava tudo trabalhando, aí quando chegou a notícia pra eles, eles cantaram... ai meu deus, como é que eles cantavam, um negócio engraçado pra fazendeiro, diz que todo mundo ficou alegre e falou: “agora nós pode trabalhar... nós pode ficar à vontade, não somo mandados mais por ninguém, não vamos ser presos mais”. Dormia cada um... aí não precisava ser trancado no curral, né? Quem quiser trabalhar agora... que os escravos trabalhava e eles que não era escravo, era só fazendeiro, não trabalhava, eles ficavam só mandando. [...] É um jongo que eles cantam, não lembro como era o jongo que eles cantavam. Ah não, era o... na princesa Isabel, né? Era princesa Isabel que escreveu no papelão, quem quiser trabalhar, trabalhe... quem quiser comer trabalhe com suas próprias mão. Que eles tavam liberto, né? [...] Aí soltava e não entrava mais pro tronco não. Aí dormia cada um em liberdade, liberdade. Tirou a chave. Que não foi a libertação dos escravos?! Aí soltaram os escravos e não prenderam mais não. Aí todo mundo dormiu, cada um caçou uma casa pra morar, fazer casa pra morar, pra ir. Mesmo que ficasse lá pra trabalhar, mas aí

²⁵ ADÃO, 2019.

trabalhava, cada um foi tirar a sua madeira, aí a casa não demorava a fazer por que a casa era de barro, eles cortavam o cipó, amarravam, cortavam a madeira, fazia a casa, tapava com sapê não era telha comprada, aí com oito dias fazia uma casa [...] Aí já era diferente, eles trabalhavam e tinha que pagar, que aí os fazendeiros dava comida pra eles e não pagava, aí já foi diferente, eles tiveram que trabalhar e eles pagarem eles [...].²⁶

Embora tenha ancestrais jongueiros, Dona Neuma não é uma praticante. Ainda assim, ela inclui um jongo em sua história, posto que aprendido com seus familiares que narraram a abolição. Ela não se lembra de forma perfeita dele, não o canta, mas o invoca como marco diferencial entre o tempo do cativo e o tempo da liberdade. Ao fazer isso, ela reforça a inversão já realizada nas narrativas de dona Maria Deolinda e dona Maria Laurinda, de um dos estereótipos associados aos libertos muito presentes nos periódicos do pós-abolição:²⁷ os preguiçosos não seriam os ex-escravos, que passariam a se sentir “à vontade” para trabalhar; mas os senhores e sinhás que desfrutavam a vida sem dedicação ao trabalho! A partir da lei de 13 de maio, os libertos poderiam até continuar trabalhando nas mesmas fazendas, mas a exploração do trabalho sem remuneração, a prisão em troncos, o controle sobre seu tempo, o abuso de mulheres e crianças e a privação da liberdade se tornaram ilegais.

Com efeito, diante de humilhações e violências tão extremas, marcas indissociáveis da memória da escravidão, é que se situa a celebração do dia 13 de Maio na comunidade. Essa data sinaliza a expectativa pela liberdade, por autonomia sobre os corpos – ainda que marcados pelas “lambadas do tempo do cativo” –²⁸ e a possibilidade de trabalho para si. A abolição é sem dúvida um dos acontecimentos preponderantes na constituição da memória da comunidade, podendo ser caracterizada como uma “memória quase herdada”, ou seja, um processo de projeção ou de identificação de uma pessoa ou grupo com determinado passado, situado fora

²⁶ Neuma Veridiano Roque. Entrevista realizada na comunidade Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 28 de novembro de 2019.

²⁷ A construção de estereótipos sobre a população liberta foi observada em periódicos publicados em Cachoeiro de Itapemirim após a abolição. Cf. RIBEIRO, 2021, Capítulo 2.

²⁸ O trecho integra um dos jongs da comunidade: “Me dá licença pra eu correr seu corpo inteiro (bis) / Pra ver se tem lambadas do tempo do cativo (bis).” Leonardo Marcelino Ventura. *Jongos de Caxambu da Comunidade Quilombola de Monte Alegre*, 2005. [Não publicado].

de seu espaço-tempo, por meio da socialização política ou histórica, segundo definição de Michael Pollak.²⁹

É interessante notar que as ações dos recém-libertos, narradas com riqueza de detalhes nas entrevistas, provavelmente não ocorreram no dia 13 de maio, mas em data posterior, visto que a notícia da abolição foi divulgada em Cachoeiro de Itapemirim dois dias após a assinatura da Lei.³⁰ A constatação revela o trabalho de enquadramento da memória,³¹ no qual a data oficial, celebrada desde seu acontecimento em outras localidades, foi recuperada em Monte Alegre, incorporada à sua memória e transmitida às gerações seguintes como o dia do raiar da liberdade. Com Pierre Nora, percebemos a celebração do 13 de Maio, na ênfase de seus significados e na tentativa de “bloquear o trabalho do esquecimento”³² das violências da escravidão, como *lugar de memória*. A partir dessa perspectiva, que foca nas aspirações dos ancestrais e nas próprias expectativas quanto ao acesso a direitos, eles demarcam a ruptura entre os dois tempos.

Diante da importância do 13 de Maio para a comunidade, as lideranças que tiveram acesso à educação formal, que conhecem e contribuem para a efetivação da Lei nº 10.639/2003 junto às escolas visitantes e turistas, que possuem contato com o movimento negro e com o movimento quilombola, não modificaram a principal data comemorativa de Monte Alegre. Nos anos 2000, por incentivo daquela legislação e de alguns projetos governamentais a ela vinculados, chegou-se a realizar algumas atividades festivas voltadas para a comemoração da Consciência Negra no dia 20 de novembro, mas não houve continuidade. Uma das razões é de caráter prático, já que as lideranças responsáveis pela implantação da nova comemoração se envolveram nas visitas escolares proporcionadas pela mesma legislação e consideraram ser mais produtivo fazer o trabalho de conscientização e educação ao longo de todo o ano,³³ de forma que extrapolasse os limites da comunidade e gerasse renda para as famílias envolvidas.³⁴

²⁹ POLLAK, 1989, p. 201.

³⁰ Cf. O CONSTITUCIONAL, n. 5, de 20 de maio de 1888; O CACHOEIRANO, n. 20, de 20 de maio de 1888. Disponível em: <bn digital.bn.gob.br>. Acesso em 15 de janeiro de 2021.

³¹ POLLAK, 1989, p. 206.

³² Pierre Nora. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*. São Paulo (10), dez, 1993, p. 22.

³³ Leonardo Marcelino Ventura. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 30 de janeiro de 2019a.

³⁴ As escolas visitantes pagam um cachê simbólico, que é dividido entre as crianças do grupo de Caxambu Mirim.

O segundo motivo está no próprio valor atribuído ao 13 de Maio: “quer queira, quer não, foi no dia 13 de maio que acabou a escravidão”.³⁵

Em uma comunidade onde a memória da escravidão está ativa, alimentada por pessoas que conviveram com personagens do tempo do cativo, o marco legal atinge relevância maior do que possui para os demais brasileiros que reconhecem a ligação genérica com o passado escravista por meio do conhecimento historiográfico e/ou midiático. De fato, a solução-compromisso adotada por escravistas e abolicionistas, por intermédio do Governo monárquico, não estabeleceu medidas para a inclusão de milhares de libertos na sociedade livre, implicando uma série de problemas não resolvidos até a atualidade – daí as reivindicações de políticas públicas com o recorte “racial” – e que são reconhecidos pela Comunidade de Monte Alegre, como o racismo. Todavia, o reconhecimento sobre as limitações da lei não anula seu especial significado para os descendentes de pessoas que foram libertas por ela. Leonardo Marcelino Ventura apresentou interessante reflexão sobre o assunto. Ainda que o texto seja longo para uma citação, entende-se que é importante reproduzi-lo:

O Raiar da Liberdade, pra mim, assim, eu considero como um evento importante porque ele comemora claro, a abolição da escravidão e você tem assim vários posicionamentos de pessoas em relação a essa data. Mas pra mim, acima de tudo, se é pra comemorar, se a data de treze de maio, se ela é pra ser comemorada ou não, acima de tudo o que eu acho importante é que existe um dia em que se celebra a abolição da escravidão e também, e se isso é feito qual dia do ano, pra mim isso é indiferente. Primeiro, que isso ajuda a manter viva a cultura do Caxambu, que é uma cultura herdada dos nossos ancestrais; segundo que você mantém vivo também essa tradição da celebração dessa data, valorizando. Pra mim, isso é uma porta pra liberdade do negro, e que isso começa a mostrar pras pessoas, num segundo momento, as pessoas vão ter um outro entendimento ou ter uma outra interpretação de que treze de maio, talvez, não fosse uma data pra ser comemorada, porque a princesa Isabel simplesmente libertou os escravos, mas não... Tipo assim, não emancipou, não deu terra pra esses escravos, não deu a eles aquilo que era pra ser dado, ou seja, mais ou menos assim, a lei que acabou com a escravidão no Brasil extinguiu, diz mais ou menos assim: a partir dessa data está extinta a escravidão no Brasil, ponto. Mas aí a lei não diz pra onde esses escravos irão, se eles receberão terras, da forma de vivência deles entre família, a lei não fala sobre isso. Mas esse é um ponto de vista que deveria ter algo a mais, deveria ser dado terra pra esses negros, ainda que fosse uma terra pequena, porque o número de escravos era elevado. Por exemplo, na fazenda Monte Alegre você tinha quarenta e três cativos. Aí se você dá glebas de terra pra quarenta e três famílias, talvez seriam grandes, é um número grande de terra, mas ainda que fosse uma chácara, mais pra ele viver nessa terra, isso seria, do meu ponto de vista, isso seria legal. Mas você também tem o outro lado, que é o lado do negro que estava ali, digamos assim, gemendo por esse momento da libertação e pra aquele negro, no meu

³⁵ VENTURA, 2019a.

entendimento, tudo bem, se alguém propõe pra ele dizer: “olha, pode acabar hoje o seu sistema que você vive na escravidão, mas a gente tá fazendo um levantamento daqueles que preferem se tornar livre a partir de hoje mesmo sem terra ou daqueles que preferem esperar até que se defina por lei a quantidade de terra que vocês vão se tornar livres e junto com isso vai ter uma quantidade de terra pra vocês”. Eu acredito que por conta dos açoites, das humilhações e de tudo aquilo que o negro passava, eu acredito que a maioria deles, se eu tivesse lá, como negro, eu dizia: “não, acaba com isso hoje, e depois a gente vê essa questão da terra”. Então eu acredito que treze de maio é uma data pra ser comemorada sim, mas olhando sempre do ponto de vista do negro. A questão da terra pro escravo, isso aí é uma questão que se vê depois, o momento em que você, é um segundo momento em relação à abolição. Em relação também a questão de se isso é pra ser comemorado dia treze de maio ou não, não se está comemorando o ato da princesa Isabel, do ponto de vista dela, ninguém está exaltando e pra mim é menor a discussão do que ela fez. Pra mim, maior do ponto de vista quando essa notícia chega pro negro, quando o senhor da fazenda, parece que eu vejo isso, ele reunir todos os negros, mesmo em meio ao horário de trabalho e dizer – isso, a gente, assim, fontes dos nossos ancestrais que foram contemporâneos desses negros – e dizerem: “olha, a partir de hoje vocês não serão mais meus escravos, a partir de hoje, vocês vão pra onde vocês quiserem”. E um dos senhores ainda chega a dizer pra eles: “mas façam o seguinte, terminem o serviço hoje e amanhã vocês se tornam livres”. A história da comunidade diz que esses negros jogavam enxada pra cima, jogavam foice no mato, eles não esperaram terminar o dia do trabalho. Isso mostra que eles estavam satisfeitos com aquilo, eles nem perguntaram pra onde nós vamos, a terra que vamos ganhar, porque aquele sofrimento deles tem um fim, questão da terra num segundo momento. E aí quando a gente vai pra faculdade, nesse momento quando se cria o “Raiar da Liberdade”, quando se começa a comemorar, a preocupação é dessa questão. Quando a gente vai pra faculdade em dois mil e seis, um grupo de pessoas da comunidade, você começa a ter esse entendimento, esse entendimento crítico de que os negros foram libertos, mas não tiveram compensação nenhuma e a gente começa a fazer uma reflexão em relação a isso. Os movimentos negros começam se aproximar da gente, o movimento negro faz um trabalho fenomenal em relação à questão do negro, dizem: “olha, a data pra ser comemorada é vinte de novembro”. Também concordo que é uma data pra ser comemorada, na verdade eu acho que existem tantas outras pra quem é de uma comunidade quilombola, ele tem outras datas a comemorar. Por exemplo, nós não temos mais os documentos das terras que os nossos avós adquiriram, mas, às vezes eu fico pensando, eu tenho um pedacinho de terra de três mil metros quadrados, eu sei a dificuldade que foi comprar três mil metros quadrados e ao mesmo tempo eu penso, como que o meu bisavô que acabou de sair de um momento de escravidão, menos de vinte anos depois, ele tá com o título de terra na mão, ele tá com uma escritura de uma terra de cinco alqueires, que hoje estaria avaliada aí perto de quinhentos mil reais, como é que ele tava com isso na mão? Então talvez também fosse digno da gente fazer um levantamento de que dia que ele adquiriu essa terra e isso se tornar um dia também a ser comemorado. Então eu acho que existem outras datas a serem comemoradas, mas essas, eu acho que elas são dignas disso sim.³⁶

O trecho acima do relato de Leonardo Marcelino é fruto de uma longa trajetória de investigação e reflexão sobre o passado de sua família, que se confunde com a própria

³⁶ Leonardo Marcelino Ventura. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 31 de janeiro de 2019b.

comunidade. Sua riqueza e densidade são tantas que é difícil dar conta de esgotá-lo neste trabalho, mas vamos abordar alguns dos principais pontos. Primeiramente, destaco o reconhecimento da problemática relacionada às comemorações do 13 de Maio. A crítica do movimento negro à ideia de dívida da abolição realizada pela Princesa Isabel e a denúncia da falta de políticas públicas para integração dos ex-escravos à sociedade livre são acolhidas. Contudo, se o seu contato com o movimento social e com as produções acadêmicas sobre o tema embasam esse posicionamento, a memória genealógica da escravidão lhe impede de rejeitar a comemoração tradicionalmente realizada no 13 de maio. Segundo os testemunhos dos “antigos” da comunidade, seus ancestrais comemoraram entusiasticamente a abolição em 1888 durante dias porque acreditavam ter motivos para isso. A lei não lhes ofereceu nenhum auxílio, mas decretou a ilegalidade das práticas bárbaras cometidas contra aquelas pessoas que (sobre)viviam sob o jugo da escravidão.

Em Cachoeiro de Itapemirim-ES, o último levantamento sobre a população escrava apontava cerca de 7.000 pessoas naquela situação em 1887 e muitas delas deveriam estar na mesma condição na data da abolição já que não foram identificadas fugas ou alforrias em massa na região. A afirmação é sustentada pelo jornal local *O Cachoeirano* que afirma, em março de 1888, que “entre nós, falamos do município principalmente e da província, a grande massa produtora conserva-se na escravidão”.³⁷ Mesmo após o anúncio do gabinete Conservador sobre a realização da reforma do elemento servil, aliás, mesmo após a publicação da versão preliminar da lei que extinguiria a escravidão, os periódicos de Cachoeiro de Itapemirim defenderam a realização de medidas complementares para a limitação da liberdade dos *novos cidadãos* por parte do governo e elogiaram iniciativas locais com semelhante objetivo. A ausência de tais medidas por parte do Governo colaborou para as críticas à lei, ou melhor, à sua forma considerada como “precipitada” pelos periódicos e para a frieza das comemorações em seus aniversários nos anos seguintes. Enquanto isso, as celebrações dos libertos e de seus descendentes continuaram, como indica a comunidade de Monte Alegre. O evento “Raiar da liberdade”, citado por Dona Maria Laurinda e Leonardo Marcelino, é algo relativamente

³⁷ O CACHOEIRANO, n. 9, de 4 de março de 1888, p. 1. Disponível em: <bn.digital.bn.gov.br>. Acesso em 14 de janeiro de 2021.

recente, organizado no contexto da autoidentificação como quilombola e na esteira das políticas públicas voltadas para esse segmento da população, a celebração da liberdade dos ancestrais confunde-se com a abolição, como atestado pelos jongos. Seus descendentes reconhecem os desafios do passado e do presente, mas seguem celebrando o acontecimento.

Outro ponto relevante na entrevista de Leonardo Marcelino está diretamente relacionado à valorização de sua ancestralidade. O caxambu é percebido como marco identitário fundamental na constituição da comunidade e está fortemente associado à abolição. É no 13 de Maio, independentemente do dia da semana, que acende-se a fogueira para comemorar o fim da escravidão, para lembrar e honrar os antigos escravos junto da comunidade e dos visitantes que lá aparecem especialmente para a ocasião.³⁸ Nos jongos cantados, a Princesa é presença garantida, mas não é ela a principal homenageada. Percebe-se na fala dessa liderança – e da comunidade de forma geral – o emprego da estratégia da positividade da experiência com o destaque de um elemento considerado positivo na vida de seus antepassados, algo que celebre sua (sobre)vivência, que ateste a preservação de suas humanidades. Em outras palavras, se a violência aparece de forma vibrante nas narrativas da comunidade sobre a escravidão, ela não a domina, abrindo espaço, por meio da positividade da memória, para a celebração de seus ancestrais.

O foco dos jongos e das celebrações do 13 de Maio na comunidade é a expectativa pelo fim do sofrimento dos negros que gemiam sob a escravidão; é a comemoração da vida e do começo da liberdade, pela qual continuariam lutando posteriormente. O evento é ressaltado e celebrado, pois ele é percebido como significativo na vida de quem estava sob o domínio de outra pessoa. Entre os últimos libertos pela legislação estava Adão, o escravo que desafiava as regras senhoriais ao se libertar do tronco às noites por meio de sua oração e dos jongos para se divertir em outras senzalas – e retornar no dia seguinte, pronto para o trabalho, como se dali não tivesse saído. Para seus herdeiros, como Leonardo Marcelino e dona Maria Laurinda, ambos defensores e propagadores do caxambu,³⁹ ele é o ícone de resistência, de luta por

³⁸ ADÃO, 2019a.

³⁹ A mestra do caxambu na comunidade de Monte Alegre é dona Maria Laurinda Adão, guardiã dos tambores do tempo do cativo e figura conhecida regionalmente por seu envolvimento tradicional com essa manifestação afro-brasileira. Leonardo Marcelino atua mais recentemente na defesa do caxambu por meio da criação e

liberdade, que, para outras pessoas, especialmente aquelas que não possuem memória genealógica da escravidão e da resistência a ela, é Zumbi.

A comparação com o rei de Palmares, evidentemente, possui limites. Adão não representa a oposição aberta ao regime escravista, como é o caso de Zumbi na imaginação popular. O mais conhecido ancestral da Comunidade de Monte Alegre representa muitos dos escravos que resistiram à escravidão, mas em vez de guerra aberta ao sistema, forjaram espaços de liberdade, procuraram melhorar suas condições de vida, estabelecer vínculos familiares e de companheirismo, de reproduzir sua cultura e religião, de expressar seus valores, enfim, de viver.

O orgulho de seus descendentes testemunha seu êxito. Não há, portanto, uma oposição entre as personagens, como não há em relação às datas a serem comemoradas. A crítica do movimento negro à falta de medidas para a inclusão dos ex-escravos e de políticas públicas voltadas para a população negra, de uma forma ampla, o que foi chamado de “farsa da abolição”, ocupa lugar importante na história brasileira, bem como a iniciativa de pensar personagens alternativos à memória oficial que fossem congruentes com a resistência à escravidão. Fica evidente, pela fala da liderança quilombola envolvida no processo de autoidentificação da comunidade e em sua contribuição para a execução da Lei 10.639/2003, a ciência e o acolhimento dessa visão, porém sua memória genealógica da escravidão lhe oferece outra perspectiva. Zumbi não é rejeitado como símbolo de luta e resistência negras, mas recebe o apoio de outros nomes e vivências que, localmente, dão sentido ao 13 de Maio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jongo mais reproduzido na comunidade quilombola de Monte Alegre – “Princesa foi-se embora, escreveu no papelão: quem quiser comer, trabalhe com suas mãos” – indica a importância fundamental da abolição na memória coletiva daquele grupo. Como “memória quase herdada”, o *13 de maio* permanece celebrado todos os anos porque é visto pelos quilombolas como um marco do “raiar da liberdade”, que significou a expectativa do fim das

administração de um grupo mirim, que realiza apresentações para visitantes; bem como na desconstrução de estereótipos sobre a prática dentro e fora da comunidade.

violências, bem como a obrigatoriedade da remuneração pelo trabalho, a força, a criatividade e a resistência de seus ancestrais. É importante destacar que as legislações como o Decreto 4.887/2003 e a Lei 10.639/2003 causaram impactos positivos na comunidade, que se reconheceu como quilombola, passou a gerar renda e a compartilhar conhecimento a partir do turismo étnico. Ao promover uma autorreflexão durante esse processo – ainda em curso – a memória genealógica da escravidão e da abolição foi ressignificada. Os atos de violência e todo o sofrimento do cativo não são esquecidos, mas se tornaram argumento para reivindicar a identidade quilombola e direitos. É interessante perceber que os ancestrais não são definidos pela violência a quais foram submetidos já que o trabalho de posituação da memória contribui para resgatar e reafirmar a sua humanidade. Assim, a celebração local do *13 de Maio* não é o desprezo por Zumbi dos Palmares, muito menos a exaltação de uma princesa. Em Monte Alegre, a data celebra personagens desconhecidos da história nacional, mas constituintes da memória da comunidade.

REFERÊNCIAS

FONTES

Jadir Veridiano; Paulo Cesar Veridiano. Entrevista realizada na comunidade Quilombola de Monte Alegre, em 01 de fevereiro de 2019.

Maria Deolinda Alves. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 24 janeiro de 2019.

Maria Laurinda Adão. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 30 de janeiro de 2019.

Neuma Veridiano Roque. Entrevista realizada na comunidade Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 28 de novembro de 2019.

Sebastião de Souza. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 19 de março de 2019.

Leonardo Marcelino Ventura. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 30 de janeiro de 2019a.

Leonardo Marcelino Ventura. Entrevista realizada na Comunidade Quilombola de Monte Alegre em Cachoeiro de Itapemirim-ES, em 31 de janeiro de 2019b.

Leonardo Marcelino Ventura. *Jongos de Caxambu da Comunidade Quilombola de Monte Alegre*, 2005. [Não publicado].

OBRAS GERAIS

DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel a “Redentora” dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

MEIHY, José Carlos Sabe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. 2.ed, 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*. São Paulo (10), dez, 1993, p. 22.

PACHECO, Renato. Memória por um fio: as gravações históricas de Stanley J. Stein. In: Silvia Hunold Lara; Gustavo Pacheco. (Org.) *Memória do Jongo: as gravações de Stanley J. Stein*. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. “O glorioso ato de 13 de maio”: escravidão e liberdade na Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim-ES (1885-2019)”. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte de novembro: história e conteúdo. In: Petronilha Beatriz Gonçalves; Valter Roberto Silvério. (Org.) *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

Recebido em: 24/05/2024 – Aprovado em: 25/10/2024